



Brasília, 20 de setembro de 2007.

CARTA DA II JORNADA NACIONAL DO JOVEM RURAL

Nós, jovens rurais brasileiros, estivemos reunidos, na companhia de educadores e dirigentes de diversas entidades que realizam iniciativas em Educação do Campo, representantes do poder público e pesquisadores, de 17 a 19 de setembro, em Luziânia - GO. Formamos um contingente de cerca de 700 pessoas. Além da intensa e rica troca de saberes vivenciados e de esforços de construção de oportunidades, nos detivemos na reflexão dos inúmeros aspectos do tema “Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial”. Merecem destaque as preocupações com a capacidade de articulação e mobilização da juventude rural brasileira, para a participação nos espaços de definição de políticas públicas voltadas para um projeto de desenvolvimento sustentável dos nossos territórios rurais.

Desta forma, ao encerrarmos, neste 20 de setembro, em Brasília - DF, a II Jornada Nacional do Jovem Rural, apresentamos um conjunto de proposições para, a partir do nosso aprendizado, auxiliar a sociedade civil e o Estado brasileiro a superarem graves problemas sociais, econômicos e ambientais. Ressaltamos aqueles que encontramos cotidianamente nos nossos locais de origem – em 22 estados da federação. Neles, predomina uma agricultura familiar diversa em condições e resultados, porém unida em suas aspirações de desenvolvimento e em sua disposição de participar na construção de uma sociedade mais justa, em termos socioeconômicos; plural, em suas manifestações culturais e, por fim, equilibrada no que diz respeito à relação entre o ser humano e a natureza.

O debate nas três sessões temáticas – *Coletivos de jovens: articulação, mobilização e desenvolvimento; Tecnologias alternativas, educação e desenvolvimento e Juventude e políticas públicas* – considerou indispensável a reversão da histórica tendência de êxodo juvenil no meio rural. O que exige, por sua vez, o acolhimento real da ação estratégica das próprias juventudes. Propomos que:

1. os poderes públicos, em todos os seus níveis, intensifiquem e, sobretudo, não interrompam o apoio a programas que estimulam o protagonismo juvenil e visam à participação na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas destinadas ao campo – como, por exemplo, a criação de conselhos municipais de Juventude. Isto potencializa a nossa capacidade de interferir na agenda política de municípios, estados e União;

2. ao se criar ou rever políticas públicas, seja garantido espaço efetivo para as lideranças juvenis, com direito a voz e voto, levando em consideração suas diversas identidades;
3. seja assegurada a representação juvenil nos espaços institucionais de análise, aprovação e acompanhamento de projetos para fins de financiamento, visando à desburocratização dos processos em linhas já existentes, tais como o Pronaf Jovem e o Crédito Fundiário;
4. promovam-se campanhas de documentação civil básica nos municípios rurais e seja estabelecida gratuidade de transferência de títulos de terras para a agricultura familiar;
5. seja feita uma ampla divulgação em todos os meios de comunicação de políticas e programas voltados à juventude rural;
6. defina-se, para além da diminuição de exigências burocráticas, um horizonte novo para as políticas de financiamento e desenvolvimento dos territórios sob a perspectiva de uma nova ruralidade.

O novo quadro promoverá a ampliação do acesso ao crédito e dará condições para que um grande contingente de jovens rurais fortaleça ou dê início aos seus projetos de empreendedorismo em unidades familiares de produção. Além de poderem ser incluídas atividades não-agrícolas, hoje já existentes no meio rural, devem ser considerados os efeitos destrutivos do modelo produtivista de agricultura e de crescimento econômico baseado em técnicas intensivas em capital e em insumos químicos de síntese. Propomos que:

1. as políticas públicas dediquem uma atenção especial às tecnologias alternativas utilizadas por um número cada vez maior de agricultores familiares e suas formas de organização, baseadas tanto em saberes tradicionais quanto no conhecimento científico comprometido com o desenvolvimento sustentável;
2. exista uma integração entre ministérios e instituições públicas governamentais voltadas a ciência e tecnologia, à educação, à agricultura e ao desenvolvimento agrário, para o reconhecimento, a pesquisa e a comunicação de conhecimentos e técnicas agroecológicas, melhor sintonizadas com a indispensável sustentabilidade política, ambiental, cultural, social e geracional dos espaços rurais brasileiros;
3. seja feita a revisão do modelo e das práticas oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e haja o reconhecimento como públicas – e, portanto, financiáveis pelo Estado – das ações de ATER construídas pelas organizações não-governamentais e movimentos sociais;
4. ocorra a revisão do modelo de ensino técnico agrícola convencional que, ao invés de fortalecer arranjos produtivos locais próprios da agricultura familiar, contribui para a difusão de um modelo de produção agrícola que polui e exclui.

Reivindicamos a criação de um ambiente institucional favorável a empreendimentos juvenis voltados à diversificação e à conversão para sistemas orgânicos da produção agrícola, à agregação de valor e a atividades rurais não-agrícolas. Neste quadro, para além da desburocratização do Pronaf Jovem, é necessário que ele priorize o financiamento de projetos com uma concepção sustentável de agricultura.

O que foi afirmado é apenas uma parte da realidade. Quando falamos de “recursos” não podemos esquecer de que também é necessário assegurar o acesso dos jovens do campo a direitos sociais, tais como saúde, cultura, esporte, lazer, segurança e, sobretudo, educação que contemple as suas necessidades e especificidades.

Considerando-se as dificuldades de acesso a financiamentos por parte de organizações não-governamentais e os problemas que resultam da descontinuidade do suporte estatal a programas de formação de jovens rurais, à ampliação da atratividade do espaço rural e da qualidade de vida no campo, também propomos que se dê o rápido reconhecimento de iniciativas públicas não-estatais de educação realizadas no campo, com o conseqüente apoio efetivo e contínuo às organizações da sociedade civil que as realizam. Queremos, desta forma, que seja aprovado o *Programa Nacional de Educação por Alternância para a Agricultura Família*, com previsão orçamentária específica que assegure a autonomia de gestão, condição fundamental para o sucesso de qualquer proposta político-pedagógica.

O caso dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA) é exemplar, nesse aspecto. O recente reconhecimento legal de sua metodologia de ensino não foi acompanhado da devida provisão de recursos. O que coloca em risco a Pedagogia da Alternância, uma das mais genuínas e promissoras metodologias de formação na área rural.

Da mesma forma, considerando-se a inadequação dos projetos político-pedagógicos e dos currículos da escola pública oficial situada no espaço rural aos desafios e exigências postas pela sociedade brasileira como um todo, propomos:

1. a efetivação da Educação do Campo como política pública – em todos os níveis de ensino, o que inclui a interiorização de instituições públicas de ensino superior;
2. que as políticas públicas voltadas à educação considerem a diversidade e contemplem as diferenças existentes no país, rompendo com a visão unificada e unificadora hoje predominante;
3. que essas iniciativas atinjam também as escolas do meio urbano, para que – conjuntamente com a promoção de intercâmbios com escolas rurais – possamos difundir por toda a sociedade uma imagem nova do jovem rural brasileiro, destacando suas potencialidades e suas ações de protagonismo;
4. que seja criado um ambiente institucional favorável para que a ênfase na escola formal situada no espaço rural esteja na agricultura familiar e em um modelo de produção agrícola e de desenvolvimento rural voltado à preservação do meio ambiente, à equidade social e, por conseqüência, à melhoria da qualidade de vida no campo brasileiro. Por extensão, cabe propor ainda, que as aquisições de produtos e serviços pelas instituições de ensino devam ser coerentes com as

propostas de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. É exemplar, nesse sentido, a priorização da compra local de alimentos produzidos pela agricultura familiar em sistemas agroecológicos.

Vale ressaltar que essas propostas não são uma via de mão única, entre nós e o aparelho de Estado, como se toda responsabilidade coubesse apenas aos integrantes deste. É perceptível que a forma e o conteúdo dessas proposições expressam, na verdade, a busca de um diálogo permanente e profundo com as agências governamentais para que a dimensão pública das políticas estatais seja concretamente alcançada. O que só pode acontecer quando os vários grupos que compõem a sociedade civil se tornam também autores, agentes e atores das mesmas.

Cabe lembrar que boa parte das reivindicações acima postas já está contemplada na letra de lei, por um conjunto de ações governamentais sensível às lutas e aos interesses das organizações não-governamentais e movimentos sociais que buscam, sob os mais variados métodos, a transformação democrática do campo brasileiro. Se essas demandas retornam, é porque a letra de lei não foi ainda suficientemente aplicada ou compreendida. Nesse sentido, é preocupante é a lentidão no processo de aprovação do Plano Nacional e do Estatuto da Juventude.

É nesse contexto que vemos onde nós, jovens imersos em projetos de educação rural, queremos contribuir. Desde que nossas histórias e propostas sejam conhecidas e reconhecidas – e, especialmente, nossas ações e realizações sejam apoiadas de forma permanente e condizente com seu real valor.

Destacando, por fim, que esta carta de intenções que apresentamos – posta como pauta de ações futuras em defesa das bandeiras da juventude rural brasileira – não substitui, de forma alguma, as muitas outras manifestações dos jovens rurais ligados aos mais variados tipos de movimentos e organizações sociais do campo.

O que queremos – nós, jovens – é somar esforços com todos que acreditam que as previsões catastróficas sobre “o fim do rural” se situam entre a ignorância sobre o que acontece no interior do país e a perpetuação de um modelo de sociedade excludente e desigual, no qual homens e mulheres – assim como a terra e a natureza – são tidos apenas como meios de produção e acumulação de riquezas para uma pequena parcela da população.

Como deixou registrado o jovem baiano Jocivaldo dos Anjos, num repente durante o encontro:

*“Eu mando o meu recado
Pra todo mundo escutar
Façam as contas que quiserem
O rural vai perdurar”.*